

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração
Valmir Santos Ferreira, brasileiro, solteiro, portador de RG
nº 1.967.376 SSP-AL, inscrito no CPF de nº 306.549.768.
99, residente e domiciliado na Rua Belo Horizonte nº 370,
Dom Constantino - Penedo - AL CEP. 57200-000.

, nomeia e constitui como sua procuradora as advogadas: **SUELLEN GÓES SALES**, brasileira, solteira, inscrita na OAB nº 10.317 e **KELLY CRISTINA DA SILVA FERREIRA**, brasileira, solteira OAB/ AL nº 12.542, ambas com endereço profissional na Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº 291, Bairro Santa Luzia, CEP: 57.200-000, Penedo/AL, outorgando-lhes todos os poderes do foro em geral, constantes no artigo 38 do Código de Processo Civil, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por bom.

Penedo (AL) 08 de abril de 2019.

x Valmir Santos Ferreira
Outorgante

Rua Enoy Magalhães Bittencourt, n 291 - Santa Luzia, Penedo / AL, CEP 57.200-000
E-mail: ferreiragoes.advocacia@gmail.com

Suellen Góes Sales
OAB/AL nº 10.317
(82) 99649-35-35/ 98821-68-00/99528-52-36

Kelly Cristina da Silva Ferreira
OAB/ AL nº 12.542
(82) 99116-40-87/ 99903-37-07

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Valmir Santos Ferreira, brasileiro, solteiro, Portador do RG nº 1.967.376 SSP-AL, inscrito no CPF de nº 306.549.768-99, residente e domiciliado na Rua Belo Horizonte nº 370, Dom Constantino - Penedo - AL, CEP 57200-000.

Declara, na forma do artigo 5º da Lei nº 1.060/50, não possuir meios materiais para arcar com as custas de um processo judicial, sem prejuízos do seu próprio sustento e de seus familiares.

Declara, ainda estar ciente das sanções previstas no § 1º, do artigo 4º, da Lei 1.060/50, para o caso de falsidade em tais declarações.

Penedo/ AL 08 de abril de 2019.

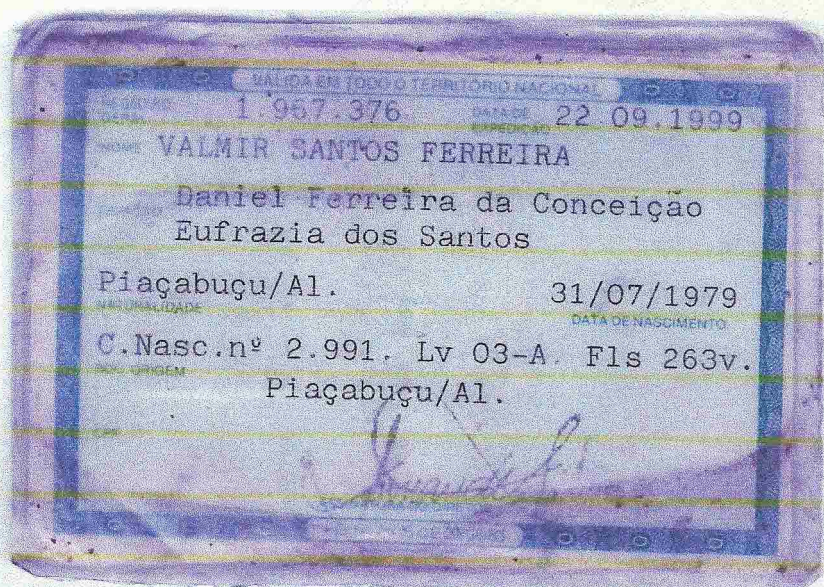
Valmir Santos Ferreira



OUTORGANTE

Rua Enoy Magalhães Bittencourt, n 291 - Santa Luzia, Penedo / AL, CEP 57.200-000
E-mail: ferreiragoes.advocacia@gmail.com

Suellen Góes Sales
OAB/AL nº 10.317
(82) 99649-35-35/ 98821-68-00/99528-52-36

Kelly Cristina da Silva Ferreira
OAB/ AL nº 12.542
(82) 99116-40-87/ 99903-37-07



	POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	BOAT Nº 124/2017	
--	---	-----------------------------------	--

fls 16

BOLETM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

LOCAL Rodovia AL 225 - Penedo/Al	CÓD. DA VIA PRINCIPAL
PONTO DE REF. / CRUZ. próximo ao Preço Bom Construções	
BAIRRO Dom Constantino	DATA 24.06.2017 HORA 17:40 DIA SEMANA Sábado

TIPO DE ACIDENTE	TOMBAMENTO <input type="checkbox"/>	SAÍDA DE PISTA <input type="checkbox"/>	CHOQUE	AÇÃO DO CONDUTOR - INDICAR O VEÍCULO	
	INCÊNDIO <input type="checkbox"/>	CAPOTAMENTO <input type="checkbox"/>	POSTE <input type="checkbox"/>	NÃO MANTEVE A DISTÂNCIA DE SEGURANÇA <input type="checkbox"/>	EXCESSO VELOCIDADE <input type="checkbox"/>
	COLISÃO		ÁRVORE <input type="checkbox"/>	ULTRAPASSAGEM PROIBIDA OU INCORRETA <input type="checkbox"/>	CONTRAMÃO DIREÇÃO <input type="checkbox"/>
	FRONTAL <input checked="" type="checkbox"/>	LONGITUDINAL <input type="checkbox"/>	BARRANCO/DEFENSA <input type="checkbox"/>	MUDANÇA SÚBITA DE FAIXA DE DIREÇÃO <input type="checkbox"/>	AVANÇO SEMÁFORO <input type="checkbox"/>
	TRASEIRA <input type="checkbox"/>	TRANSVERSAL <input type="checkbox"/>	CASA/MURO <input type="checkbox"/>	CONV. INCORRETA OU EM LOCAL PROIBIDO <input type="checkbox"/>	FALTA DE ATENÇÃO <input type="checkbox"/>
	ATROPELAMENTO		VEÍCULO PARADO <input type="checkbox"/>	DESRESPEITO AO SINAL "PARE" OU DÊ A PREFERÊNCIA <input type="checkbox"/>	
PEDESTRE <input type="checkbox"/>	ANIMAL <input type="checkbox"/>	OUTROS <input type="checkbox"/>	OUTRAS (ESPECIFICAR)		

COND. PRESUMÍVEIS DOS CONDUTORES				TEMPO		CLASSIFICAÇÃO		CONDIÇÕES DE TRÂNSITO			
	V1	V2	V3	V4	CLARO <input type="checkbox"/>	COM VÍTIMAS <input type="checkbox"/>	LARGURA DA PISTA				m
APARÊNCIA NORMAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	NUBLADO <input checked="" type="checkbox"/>	DANOS MATERIAIS <input type="checkbox"/>	Nº DE FAIXAS DE ROLAMENTO				
APARÊNCIA SONOLENTA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	CHUVOSO <input type="checkbox"/>	VIT. E DANOS MAT. <input checked="" type="checkbox"/>	HÁ SEPARAÇÃO DE PISTAS?	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>		
SINTOMAS EMBRIAGUEZ	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	OUTROS <input type="checkbox"/>	LUMINOSIDADE	SIM, ESPECIFICAR				
PERMANECIU NO LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PAVIMENTO	AMANHECER <input type="checkbox"/>	SEPARAÇÃO LINHA SECCIONADA	<input type="checkbox"/>	CONTÍNUA <input type="checkbox"/>		
SOCORREU A VÍTIMA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ASFALTO <input checked="" type="checkbox"/>	DIA <input type="checkbox"/>	VIA DE DIREÇÃO ÚNICA?	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>		
EVADIU-SE DO LOCAL	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	CONCRETO <input type="checkbox"/>	ANOITECER <input checked="" type="checkbox"/>	VIA PREFERENCIAL?	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>		
USO CINTO DE SEGURANÇA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PARALELEPÍPEDO <input type="checkbox"/>	NOITE <input type="checkbox"/>	VELOCIDADE PERMITIDA	Km/h			
OUTRAS	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	CASCALHO <input type="checkbox"/>	C/ ILUMI. PÚBLICA <input type="checkbox"/>	CONDIÇÕES DA PISTA				
FOI SOCORRIDO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	TERRA <input type="checkbox"/>	S/ ILUMI. PÚBLICA <input type="checkbox"/>	COM AREIA <input type="checkbox"/>	SECA <input type="checkbox"/>	MOLHADA <input type="checkbox"/>		
SINALIZAÇÃO	PARE <input type="checkbox"/>	DÊ A PREFERÊNCIA <input type="checkbox"/>	FAIXA DE PEDESTRE <input type="checkbox"/>	ONDULAÇÃO TRANSVERSAL <input type="checkbox"/>	SENTIDO ÚNICO <input type="checkbox"/>						
SEMÁFOROS	NORMAL <input type="checkbox"/>	INTERMITENTE <input type="checkbox"/>	DESLIGADO <input type="checkbox"/>	OUTRA SINALIZAÇÃO (ESPECIFICAR)							

VEÍCULO 1	PLACA NLX 3117	MARCA/MOD. VW/Gol 1.0	COR				
	RENAVAN 984750738	CHASSI Nº 9BWAA05U495100729					
	ESPECIE PAS/AUTOMÓVEL <input checked="" type="checkbox"/>	MISTO <input type="checkbox"/>	TRAÇÃO <input type="checkbox"/>	VAN <input type="checkbox"/>	CAMINHONETE <input type="checkbox"/>	BICICLETA <input type="checkbox"/>	CARROÇA <input type="checkbox"/>
	DE CARGA <input type="checkbox"/>	COMPETIÇÃO <input type="checkbox"/>	ESPECIAL <input type="checkbox"/>	ÔNIBUS <input type="checkbox"/>	MOTOCICLETA <input type="checkbox"/>	OUTROS <input type="checkbox"/>	
	PROPRIETÁRIO Carlos Henrique Silva						
	ENDEREÇO Penedo/Al						
	CONDUTOR Carlos Henrique Silva	CPF					
	ENDEREÇO Loteamento Santo Expedito, rua A, nº 287 - Penedo/Al						
	NASCIMENTO 21/06/1980	C.N.H. REG. 05092480906	CATEGORIA AB	DATA DE VENCIMENTO 13/05/2018			
	PROCEDÊNCIA E DESTINO DO VEÍCULO trevo do Bom Jesus - Loteamento Santo Expedito						
DANOS MATERIAIS Média monta							
VEL. DE ESTIMADA	Km/h	LEITURA DO ETILÔMETRO SUPERIOR A 0,60 mg%? SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	USAVA CINTO OU CAPACETE? SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>		

VEÍCULO 2	PLACA	MARCA/MOD. Shineray	COR				
	RENAVAN	CHASSI Nº					
	ESPECIE PAS/AUTOMÓVEL <input type="checkbox"/>	MISTO <input type="checkbox"/>	COLETIVO <input type="checkbox"/>	VAN <input type="checkbox"/>	CAMINHONETE <input type="checkbox"/>	BICICLETA <input type="checkbox"/>	CARROÇA <input type="checkbox"/>
	CARGA <input type="checkbox"/>	COMPETIÇÃO <input type="checkbox"/>	ESPECIAL <input type="checkbox"/>	ÔNIBUS <input type="checkbox"/>	MOTOCICLETA <input checked="" type="checkbox"/>	TAXI <input type="checkbox"/>	
	PROPRIETÁRIO						
	ENDEREÇO						
	CONDUTOR Valmir Santos Ferreira	CPF 306.549.769-99					
	ENDEREÇO Rua Nossa Senhora Auxiliadora, 215 - Vila Matias - Bairro Dom Constantino - Penedo/Al						
	NASCIMENTO 31/07/1979	C.N.H. Nº xxxxxx	CATEGORIA xxxxxx	DATA DE VENCIMENTO xxxxxx			
	PROCEDÊNCIA E DESTINO DO VEÍCULO Loteamento Santo Expedito - Trevo do Bom Jesus						
DANOS MATERIAIS							
VEL. DE ESTIMADA	Km/h	LEITURA DO BAFÔMETRO SUPERIOR A 0,60 mg%? SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	USAVA CINTO OU CAPACETE? SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>		

11º BATALHÃO **11º BATALHÃO**
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em 15/10/2017



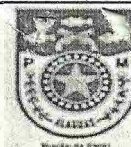
C. Divulga. C.S. PM
 Motric. 33256-8
 Aux. Trânsito 11-BPM

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SUELLEN GOES SALES e www2.tjal.jus.br, protocolado em 22/04/2019 às 15:14, sob o número 07005483920198020049. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0700548-39.2019.8.02.0049 e código 34DB29D.



POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR
11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

B.O.A.T. Nº
124/2017



fls. 17

Diagrama do acidente de trânsito:

O acidente ocorreu na Rodovia AL 225, próximo ao Trevo de Bom Jesus e Piaçabuçu/AL. O veículo V1 (Automóvel, Kombi e Utilitários) trafegava em sentido contrário ao fluxo principal e colidiu frontalmente com o veículo V2 (Motocicleta) que trafegava no sentido principal. O ponto de impacto está indicado no diagrama.

Legenda:

- AUTOMÓVEL, KOMBI E UTILITÁRIOS
- TRAJETO ANTES DO ACIDENTE
- ANIMAL
- CAPOTAGEM
- CAMINHÃO, CARRETA E CAMINHONETE
- DERRAPAGEM
- FRENAGEM
- TRAJETO APÓS O ACIDENTE
- PONTO DO IMPACTO
- PEDESTRE, CADAVER
- INDÍCIOS
- ÔNIBUS
- PLACA
- TOMBAMENTO
- OBJETO FIXO
- BICICLETA
- MOTOCICLETA

Levantamento feito no local do acidente, o V1 trafegava na rodovia AL 225 (eng. Joaquim Gonçalves), quando nas proximidades do preço Bom construções, ao deixar de parar no acostamento à direita para cruzar a pista de rolamento colidiu frontalmente com o V2 que trafegava em sentido oposto. No sinistro houve danos materiais e uma vítima, o condutor do V2.

VÍTIMA 1	NOME:	Valmir Santos Ferreira			SEXO:	MASCULINO <input checked="" type="checkbox"/>	FEMININO <input type="checkbox"/>
	ENDEREÇO:	Rua Nossa Senhora Auxiliadora, 215 - Vila Matias - Dom Constantino - Penedo/AL			IDADE:	31/07/1979	
	FERIDO:	MASC. <input checked="" type="checkbox"/>	FEM. <input type="checkbox"/>	MORTE:	NO LOCAL <input type="checkbox"/>	POSTERIOR <input type="checkbox"/>	TIPO:
				CONDUTOR <input checked="" type="checkbox"/>	PASSEIRO <input type="checkbox"/>		
VÍTIMA 2	NOME:				SEXO:	MASCULINO <input type="checkbox"/>	FEMININO <input type="checkbox"/>
	ENDEREÇO:				IDADE:		
	FERIDO:	MASC. <input type="checkbox"/>	FEM. <input type="checkbox"/>	MORTE:	NO LOCAL <input type="checkbox"/>	POSTERIOR <input type="checkbox"/>	TIPO:
				CONDUTOR <input type="checkbox"/>	PASSEIRO <input type="checkbox"/>		
VÍTIMA 3	NOME:				SEXO:	MASCULINO <input type="checkbox"/>	FEMININO <input type="checkbox"/>
	ENDEREÇO:				IDADE:		
	FERIDO:	MASC. <input type="checkbox"/>	FEM. <input type="checkbox"/>	MORTE:	NO LOCAL <input type="checkbox"/>	POSTERIOR <input type="checkbox"/>	TIPO:
				CONDUTOR <input type="checkbox"/>	PASSEIRO <input type="checkbox"/>		
TESTEMUNHAS	1- NOME:						
	ENDEREÇO:						
	2- NOME:						
	ENDEREÇO:						
	3- NOME:						
	ENDEREÇO:						

José Marcos Sabino da Silva
José Marcos Sabino da Silva - Cb PM
Agente PM trânsito / Matrícula: 113052

Quartel em Penedo/AL, 15 de agosto de 2017.

Jean Miguel da Silva - Cap QOC PM
Cmt. Pol. Trânsito / Matrícula: 98247

11º BATALHÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 15/08/2017



C. Andrade - Cb PM
Matrícula 33256-9
Dir. Trânsito 11º BPM



ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA

DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

POLICIA CIVIL

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

NUMERO: 0200-A/18-0326

Pag. 1 / 1
fls. 18

DELEGACIA: 82º DP - Penedo 7ª DRP/DPJA2

FONE: 35513700

DATA/HORA COMUNICADO: 10/04/2018 16:47

DELEGACIA DESTINO: 82º DP - Penedo 7ª DRP/DPJA2

FATO

NATUREZA: LESÃO CORPORAL - ACIDENTE DE TRÂNSITO

INSTRUMENTO:

DATA/HORA: 24/06/2017 17:40

LOCAL DO FATO: RODOVIA AL 225 - BAIRRO DOM CONSTANTINO Outros Penedo

DIA DA SEMANA: 6 PONTO DE REFERÊNCIA: PRÓXIMO AO PREÇO BOM CONSTRUÇÕES

COR
1 BRANCO 4 PARDO
2 PRETO 5 SÁRARA
3 AMARELO 6 ALBINOESTADO CIVIL
1 SOLTEIRO 4 SEPARADO
2 CASADO 5 AMASIADO
3 VIUVONACIONALIDADE
1 BRAS. NATO
2 BRAS. NATURALIZADO
3 ESTRANGEIRODIA DA SEMANA
1 SEG 4 QUI 7 DOM
2 TER 5 SEX
3 QUA 6 SABGRAU DE INSTRUÇÃO
1 ANALFABETO 4 NÍVEL MÉDIO
2 ALFABETIZADO 5 SUPERIOR
3 FUNDAMENTAL

VÍTIMA

NOME / RAZÃO SOCIAL: VALMIR SANTOS FERREIRA

RG: 1967376

SSP-AL

CPF: 30654976899

FILIAÇÃO: DANIEL FERREIRA DA CONCEIÇÃO

EUFRAZIA DOS SANTOS

PROFISSÃO: Outras

DATA DE NASCIMENTO: 31/07/1979

IDADE: 37

COR: 4

SEXO: M

UF: AL NATURALIDADE: PIAÇABUÇU - AL

NACIONALIDADE: 1

ESTADO CIVIL: 1

GRAU INSTRUÇÃO: 3

TURISTA: NÃO

ENDEREÇO: LOTEAMENTO SANTANA - RUA F

Nº 370

BAIRRO: DOM CONSTANTINO

CIDADE: Penedo

FONE: 82-987368383

SE () PM () PF () PC () PRF () BM () GM ESPECIFICAR () EM SERVIÇO () FORA DE SERVIÇO () INATIVO

AFINIDADE VÍTIMA -> AUTOR:

OCORRÊNCIA RELACIONADA A:

Nº 0200-A/18-0210

AUTOR: DESCONHECIDO

HISTÓRICO

ALEGA A VÍTIMA/NOTICIANTE, SR VALMIR SANTOS FERREIRA, ACIMA QUALIFICADO (A), CIENTIFICADO (A) DAS PENAS COMINADAS AOS CRIMES PREVISTOS NOS ART. 299 E 340 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, O QUAL NÃO APRESENTOU CNH (CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO), AFIRMOU QUE NÃO A POSSUI, QUE:

NO DIA E HORA (APROXIMADA) TRANSITAVA PELA RODOVIA AL 225, NO SENTIDO PIAÇABUÇU/PENEDO, CONDUZINDO A MOTONETA SHINERAY, MODELO CILCOMOTOR SOFT KASINSKI, SEM PLACA, NIV 93FSTJXABBM001645, COM NOTA FISCAL (DANFE) Nº 172, EMITIDA EM NOME DE ANTONIO MEDEIROS DA COSTA PELA EMPRESA TENNÓRIO CAVALCANTE VAREJO, QUANDO FOI ABALROADO DE FRENTE POR OUTRO VEÍCULO, UM VW GOL, DE PLACA NLX3117, CONDUZIDO POR SEU PROPRIETÁRIO, SR CARLOS HENRIQUE SILVA, O QUAL VINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO E EFETUOU UMA CONVERSÃO IRREGULAR AO TENTAR CRUZAR A FAIXA DE ROLAMENTO SEM TOMAR OS DEVIDOS CUIDADOS; QUE NA COLISÃO SOFREU LESÃO NA PERNA ESQUERDA ALÉM DE ESCORIAÇÕES POR TODO O CORPO; QUE FORA SOCORRIDO PELA SAMU E CONDUZIDO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE PENEDO E LOGO TRANFERIDO PARA A UNIDADE DE EMERGÊNCIA DE ARAPIRACA ONDE RECEBEU O DEVIDO TRATAMENTO; QUE VEIO REGISTRAR ESTE BOLETIM APENAS PARA FINS DE AÇIONAMENTO DO SEGURO DPVAT; QUE NÃO DESEJA REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA O SR CARLOS HENRIQUE SILVA..

DOCUMENTOS APRESENTADOS: RG, CPF, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA, NOTA FISCAL DO VEÍCULO, BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 124/2017 E BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO DA UPA DE PENEDO Nº 021706240153 (CÓPIAS ANEXAS).

NOTICIANTE:

ASS. *Valmir Santos Ferreira*

ELABORADO POR: Alexandre Carlos Berta

ASS.:

RG / MAT.: 3006166

AUTORIDADE: Gustavo Xavier do Nascimento

ASS.:

RG / MAT.: 58-2

ESCRIVÃO AD-HOC: Alexandre Carlos Berta

ASS.:

RG / MAT.: 3006166

Alexandre Carlos Berta
AGENTE DE POLÍCIA
MAT 300.616-8

7ª DRP



PLANTÃO



HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO

CNPJ: 04.710.210/0001-24
RODOVIA AL 220 KM/2, BAIRRO SENADOR ARNON DE MELO
CEP: 57300-970 / FONE: (0**82) 3521-4781
ARAPIRACA - AL



ATESTADO MÉDICO

NOME: Valmir Santos Pereira

DN:

1-PATOLOGIAS APRESENTADAS (CID-10):

fratura de desloc de fêmur E. S423

2 - TERAPÊUTICAS REALIZADAS:

Tratamento cirúrgico com fixação com placas e parafusos.

3 - CONSIDERAÇÕES:

Deverá ser afastado de suas atividades laboratoriais por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias.

ARAPIRACA.....

DE.....

DE 20.....

Dr. Daniel Dias Esteves
Ortopedia e Traumatologia
CRM AL 6101

MÉDICO ASSISTENTE



UPA PENEDO

Boletim de Atendimento Médico

Nome Paciente: **VALMIR SANTOS FERREIRA**
Nome Mãe: **VEIO PELO SAMU**
Data Nascimento: Idade Aparente: **37** Sexo: **M**
Nacionalidade: **BRASIL**
Endereço: **RUA SEM INFORMACAO CHEGOU SO,**
Bairro: **CENTRO**
CEP: **57200000**

Data: **24/06/2017 18:09**
Nº Atendimento: **021706240153**
Nº Cartão SUS:
Cor: **PARDA** Telefone: **000**
Celular: **000** RG:
Naturalidade: **PENEDO** CPF:
Nº: **SN** Compl.:
Município: **PENEDO** UF: **AL**
Possui Certidão de Nascimento: **SIM**
Telefone:
Grau de Parentesco:
Procedência: Tipo da Ocorrência:

Informante

Nome:
Endereço:
Chegou Como: **MEIOS PROPRIOS**

Classificação de Risco

Início Classificação de Risco: **24/06/2017 18:12:24**

Nível **Lúcido** Escala de Dor:
Queixa: **deu entrada pela aia vermelha trazido pelo SAMU**
Causa Externa:
Doenças
Pré-Existentes:
Medicamentos:
Alergias **NÃO INFORMADO**
Peso **78,0** Pressão Arterial Pulso (bpm): Temp. (C°): Freq. Resp. SAT. O2 HGT (mg/dl)
Avaliação:

Fim Classificação de Risco: **24/06/2017 18:13:15**

Classificação de Risco: **Amarelo Observacao**

Enfermeiro(a) **DANILO BENEDICTO**

COREN: **183875**

Queixa Principal:

PACIENTE TRAZIDO PELO S A M U APOS ACIDENTE DE MOTO COM CARRO

Anamnese:

PACIENTE COM TRAUMATISMO NA COXA COM TRAUMATISMO NA COXA E. PACIENTE ALCOLIZADO

Exame Físico

PACIENTE COM FRATURA NA COXA E.

Suspeita Diagnóstica

CONTUSAO NA COXA E. C/ FRATURA EXPOSTA

Hipótese Diagnóstica

TRAUMATISMO SUPERFICIAL DE REGIAO NAO ESPECIFICADA DO CORPO

Diagnóstico Final

TRAUMATISMO SUPERFICIAL DE REGIAO NAO ESPECIFICADA DO CORPO

Procedimento Proposto:

1- ENCAMINHA DO A U E D AGRESTE EM ARAPIRACA AS 18,35 HORAS.

Reavaliação:

conferir em original
[Assinatura]
Mário de Fátima de Oliveira Galvão
Assoc. de Administração
Mat. 48075

[Assinatura]
Dr. Luiz da Silva
CREMESE
CPF: 064.200.000-00
CRM-AL

Procedimentos

- ♦ ATENDIMENTO DE URGENCIA C/ OBSERVACAO ATE 24 HORAS EM ATENCAO ESPECIALIZADA



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PENEDO

Av. Getúlio Vargas, 423 - Penedo - AL - Tel: (82) 3551-2508

CNPJ: 12.542.999/0001-80

RECEITUÁRIO

Nome: Valmir dos Santos Figueira Data: 28, 11, 18

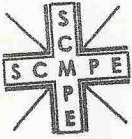
ATTESTADO

Atesto para se saber que, que
o paciente acima citado, portador
de sequela de fratura de diáfise do
fêmur esquerdo C17: T93.1 e com
abundante dor intensa. Patologia
esta que tem impedido e tem
impedido em ir ao
trabalho. Laboratório em
tempo indefinido.

Assinatura e Carimbo do Médico

Fumar faz muito mal à saúde

Quando voltar traga sempre esta receita



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PENEDO
 Av. Getúlio Vargas, 423 - Penedo - AL - Tel: (82) 3551-2508
 CNPJ: 12.542.999/0001-80

RECEITUÁRIO

Nome: Valmir dos S. Ferreira Data: 28/11/18

X _____ uso sup
 1 - Flotax 70y _____ olh
 fumar 01 qd 12/124

Dr. Adenilson Pacheco

Assinatura e Carimbo do Médico

Fumar faz muito mal à saúde

Quando voltar traga sempre esta receita



COMPLEXO HOSPITALAR MANOEL ANDRÉ - LTDA
Prontuário Médico

Arquivo 2
fls. 23
9/10/2019

Atendimento: 79908

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Data / Hora: 28/06/2017 14:13:28
Nome: VALMIR SANTOS FERREIRA
Data Nasc.: 31/07/1979 Idade: 37 Sexo: MASCULINO
CPF: RG: 1967376 Cor: PARDA Religião:
Endereço: R BELO HORIZONTE
Bairro: DOM COSTANTINO Cidade: PENEDO
CEP: 57200000 Fone: 82999356759
Nome da Mãe: EUFRAZIA DOS SANTOS
Acompanhante: S Profissão:
Convênio: SUS - INTERNACAO Nº da Carteira:
Unidade de Internação: RETAGUARDA ORTOPEDIA - HR
Médico: FILLIPE ESDRAS SILVA LUCIO Leito: RET08-08

ANAMNESE DO PACIENTE

Histórico da Doença Atual: Paciente com história de dor de fêmur exposto
com infiltração de líquido.

Antecedentes Pessoais:

Exame Físico: Dor impotente fêmur e afimidade em mte

Diagnóstico Provisório: Fratura de fêmur exposto

Diagnóstico Definitivo: Osteíte

Tratamento Proposto: ☐ Clínico ☒ Cirúrgico

Dr. Daniel Dias Esteves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-AL 6101

Médico Responsável

Centro Hospitalar Manoel André ^{fls. 24}

Nome: VALMIR SANTOS FERREIRA

Prontuário: 35206

Sexo: Masculino

Idade: 37

Cor: _____

Estado Civil: _____

BOLETIM OPERATÓRIO

Intervenção Cirúrgica: 05/07/17

Início: _____

Fim: _____

Duração: _____

Diagnóstico Operatório:

FRATURA DIAFISÁRIA DO FÊMUR ESQUERDO

Operação Realizada:

RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO DE FEMUR
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISÁRIA DO FÊMUR

Cirurgião: JULIANA DIAS ESTEVES

CRM: 6200

1 auxiliar: DANIEL DIAS ESTEVES

CRM: 6101

2 auxiliar: _____

CRM: _____

Instrumentador: _____

Anestesia: RAQUI ANESTESIA

Início: _____

Fim: _____

Duração: _____

Anestesista: HUDSON

CRM: _____

DESCRIÇÃO OPERATÓRIA

- 1) PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA;
- 2) ANTISSEPSIA + CAMPOS CIRURGICOS;
- 3) INCISÃO LATERAL EM COXA ESQUERDA, ACESSO SUBVASTOLATERAL;
- 4) ABERTURA POR PLANOS ATÉ FOCO DE FRATURA;
- 5) REDUÇÃO INDIRETA DA FRATURA + FIXAÇÃO INTERNA COM PLACA DCP 4,5MM + PARAFUSOS;
- 6) IRRIGAÇÃO COM SF0,9%;
- 7) SUTURA POR PLANOS + CURATIVO;

Dr. Daniel Dias Esteves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-AL 6101

**CENTRO-HOSPITALAR MANOEL ANDRÉ LTDA**

CNPJ – 04.710.210/000124 ROD. AL 220-KM 02

Nº344 SEN. ARNON DE MELO 57304-260 –

ARAPIRACA/AL – FONE: 3521-4781

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o paciente, **VALMIR DOS SANTOS FERREIRA**, deu entrada nesta unidade hospitalar no dia 28/06/2017, para tratamento CIRURGICO e o mesmo recebeu alta hospitalar no dia 07/07/2017 tal qual patologia abaixo desciminada.

CID: S 72.8

Sem mais para o momento desde já nos colocamos a inteira disposição para qualquer esclarecimento.

ARAPIRACA - AL 14 de Setembro de 2017



SÍNTESE RADIODIAGNÓSTICO
UNIDADE PENEDO
LARGO DE FÁTIMA 361 - CENTRO
18.976.147/0001-50
fone: (82) 3551-3550
www.sintesediagnostico.com.br

Nome: **VALMIR SANTOS FERREIRA**

Data de Nasc: 31/07/1979

Cidade: Penedo

Solicitante: Dr. Daniel Dias Esteves

Tipo Atend.: Ortosystem Pac.: 30911

Data/Exame: 19/03/2019


RADIOGRAFIA DA COXA ESQUERDA

Os seguintes aspectos foram observados:

Controle ortopédico de fratura mal consolidada no terço distal da diáfise femoral.

Pinos metálicos em projeção inferior a fratura.

Articulações do quadril e joelho preservadas.


Dr. Cecília Borges Dantas
CRM: 5358
Penedo 19/03/2019



**INSTITUTO DE ORTOPEDIA E
TRAUMATOLOGIA DE ARAPIRACA**

RODOVIA AL 220 KM/2, BAIRRO SENADOR ARNON DE MELO

CEP:57300-970/ FONE (82)3521-4781 ARAPIRACA-AL



RECEITUÁRIO

PACIENTE: VALMIR SANTOS FERREIRA

USO ORAL

1- CIPROFLOXACINA 500 MG _____ CAIXA

TOMAR 1 COMPRIMIDO DE 12/12 HORAS POR 7 DIAS.

2- LISADOR COMPRIMIDO _____ CAIXA

TOMAR 1 COMPRIMIDO DE 6/6 HORAS EM CASO DE DOR.

3- FLANCOX 400 MG _____ CAIXA

TOMAR 01 CP V.O DE 12/12 HS POR 05 DIAS

-FRATURA DE DIAFISE DE FEMUR ESQUERDO
-FIXAÇÃO COM PLACA DCP

Dr. Daniel Dias Esteves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-AL 6101

DATA: 05/07/17

ASSINATURA DO MÉDICO

DIA DO RETORNO: 17/07/17
DR. DANIEL DIAS

HORA: 12:00 H IOT-CHAMA



INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DE ARAPIRACA

RODOVIA AL 220 KM/2, BAIRRO SENADOR ARNON DE MELO

CEP: 57300-970/ FONE (82) 3521-4781 ARAPIRACA-AL



RECEITUÁRIO

PACIENTE: VALMIR SANTOS FERREIRA

USO ORAL

1- CIPROFLOXACINA 500 MG _____ CAIXA

TOMAR 1 COMPRIMIDO DE 12/12 HORAS POR 7 DIAS.

2- LISADOR COMPRIMIDO _____ CAIXA

TOMAR 1 COMPRIMIDO DE 6/6 HORAS EM CASO DE DOR.

3- FLANCOX 400 MG _____ CAIXA
TOMAR 01 CP V.O DE 12/12 HS POR 05 DIAS

-FRATURA DE DIAFISE DE FEMUR ESQUERDO
-FIXAÇÃO COM PLACA DCP

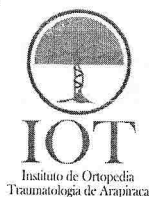
DATA: 05/07/17

Dr. Daniel Dias Esteves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-AL 6101

ASSINATURA DO MÉDICO

DIA DO RETORNO: 17/07/17
DR. DANIEL DIAS

HORA: 12:00 H IOT-CHAMA



**INSTITUTO DE ORTOPEDIA E
TRAUMATOLOGIA DE ARAPIRACA**

RODOVIA AL 220 KM/2, BAIRRO SENADOR ARNON DE MELO

CEP: 57300-970/ FONE (82) 3321-4781 ARAPIRACA-AL



RECEITUÁRIO

PACIENTE: VALMIR SANTOS FERREIRA

USO ORAL

1. CIPROFLOXACINO 500 MG ----- 30 CP

TOMAR 01 COMPRIMIDO DE 12/12 HORAS POR 15 DIAS

2. LISADOR ----- 01 CX

TOMAR 01 COMPRIMIDO DE 8/8 HORAS SE DOR

3. FLANCOX 500 MG --- ----- 01 CX

TOMAR 01 COMPRIMIDO DE 12/12 HORAS POR 05 DIAS

- MOBILIZAÇÃO DO MEMBRO OPERADO ATIVA E PASSIVAMENTE
- LIMPEZA DA FERIDA OPERATÓRIA COM ÁGUA E SABÃO
- NÃO RETIRAR OS PONTOS

DATA: 24/01/2018

Dr. Thiago Costa
Ortopedia e Traumatologia
ASSINATURA DO MÉDICO

MÉDICO: DR DANIEL DIAS

RETORNO: 05/02/18 SEGUNDA FEIRA 12:00 HORAS IOT-CHAMA



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PENEDO- AL.

VALMIR SANTOS FERREIRA, brasileiro, solteiro, em benefício previdenciário, RG nº: 1.967.376 SSP- AL e CPF nº: 306.549.768-99, residente e domiciliado na Rua Belo horizonte, nº 370, Bairro Dom Constantino, Penedo-AL, CEP: 57.200-000, por meio de suas procuradoras que a esta subscrevem, com endereço profissional a Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº 291, Bairro Santa Luzia, Penedo- AL, Cep: 57.200-000, onde receberá intimações e demais comunicações, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74 e Decreto-Lei nº 73/66, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro / RJ, cep: 20.031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

DA JUSTIÇA GRATUITA

De início, requer sejam concedidos os benefícios da **Justiça Gratuita** nos termos da Lei nº 1.060/50 e da Lei nº 7.115/83, por não possuir meios capazes de suportar as despesas de um processo judicial, sem prejuízo próprio ou da família, para que assim não veja vencida a satisfação de seus Direitos, para tanto, **apresenta declaração de pobreza** que vai anexo juntamente com o instrumento procuratório.

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Drª. Kelly Cristina da Silva Ferreira
OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Drª. Suellen Góes Sales
OAB/AL. 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

DOS FATOS

A Promovente envolveu-se em acidente de trânsito no dia 24/06/2017, por volta das 17: 40, conforme B.O nº: 124/2017, acidente automobilístico na qual teve lesão óssea, muscular e nervosa deixando como sequela deformidade irreversível e perda dos movimentos da perna esquerda, com fratura na diáfase do fêmur esquerdo, T 93.1,(atestado anexo), com procedimento cirúrgico e uso de platina, ocasionando diversas dores intensas, gerando invalidez permanente e perda da capacidade laboral definitivamente conforme laudos médicos anexos, resultando na incapacidade permanente deste membro, como se verá nas linhas abaixo, sendo a mesma socorrida para UPA Penedo e encaminhada para o Hospital CHAMA em Arapiraca , devido à gravidade da fratura, fato este registrado pela autoridade policial como consta o Boletim de Ocorrência em anexo e pelos receituários médicos.

O Promovente necessitou de cuidados emergenciais e hospitalares, bem como foi internada em setor cirúrgico, como demonstram declaração anexa de Atendimento do Hospital, no dia 28/06/2017, o Registro de Atendimento Emergencial da UPA de Penedo- Al e do hospital CHAMA em Arapiraca onde passou por intervenção cirúrgica CID S 72.8. O Relatório Médico para Avaliação de Invalidez Permanente, demonstrou que não havia defeito físico ou doença pré-existente no Promovente, bem como que a invalidez do Promovente é permanente, não havendo possibilidade de operação significativa ou de cura, definindo ainda o grau de incapacidade irreversível, INVALIDEZ.

Constatou-se "que após o termino do tratamento cirúrgico a promovente ainda apresentava " lesão cicatricial do membro inferior esquerdo com lesão óssea, muscular e nervosa, com deformidade irreversível, que o deixa impossibilitado de trabalhar definitivamente", além, de apresentar-se **"incapaz para trabalhar com o membro lesionado e também apresentando perda da função do membro"**.

Sendo assim, o requerente teria direito ao teto máximo por invalidez permanente, devido a gravidade da situação decorrida do acidente de trânsito. Informo ainda que o autor está em auxílio doença junto ao INSS, há mais de um ano, devido essa debilidade permanente.

O Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT e nunca obteve êxito, mesmo anexando a documentação exigida corretamente por diversas vezes, nem conseguiu a devolução dos documentos, uma vez que

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Dr^a. Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Dr^a. Suellen Góes Sales

OAB/AL. 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

anexou alguns originais, onde deveria receber a quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) por invalidez permanente

LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

DO INTERESSE DE AGIR

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, n.º. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Drª. Kelly Cristina da Silva Ferreira
OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Drª. Suellen Góes Sales
OAB/AL 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional 5º XXXVCF.

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, n.º. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Dr.ª Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Dr.ª Suellen Góes Sales

OAB/AL 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

• Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).

• Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

• Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

• A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio **DPVAT** e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Dr^a. Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Dr^a. Suellen Góes Sales

OAB/AL 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Destarte, o valor nem foi recebido tendo em vista, que a redução funcional do membro supra mencionados corresponde ao valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, segundo prontuário médicos acostado em anexo.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Drª. Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Drª. Suellen Góes Sales

OAB/AL 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação mencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, n.º. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Dr.ª Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Dr.ª Suellen Góes Sales

OAB/AL 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei n.º 6.194/74, com a redação dada pela Lei n.º 8.441/92.

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei n.º 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei n.º 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, n.º. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Dr.ª Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Dr.ª Suellen Góes Sales

OAB/AL 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

No caso em tela, a parte autora não recebeu nada até o momento. Portanto é jurídica e perfeitamente possível a pretensão deduzida, que diz respeito à cobrança da indenização assegurada pelo referido seguro, diante do implemento do risco contratado, quanto a se tratando de responsabilidade

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Drª. Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Drª. Suellen Góes Sales

OAB/AL 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

objetiva a que está sujeita a empresa seguradora. Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.194/74, o pagamento da indenização está condicionado à prova do acidente e do dano. Caso em que a prova pericial demonstra que o autor não restou inválido. Complementação da indenização que não é devida. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70021060868, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 03/10/2007)

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, n.º. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Drª. Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Drª. Suellen Góes Sales

OAB/AL. 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarpato, Julgado em 29/08/2007).

SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que, no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação. Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 01/08/2007).

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista os inúmeros ferimentos, sendo eles fratura do fêmur esquerdo, tornando-se evidente assim o impossibilitam de voltar ao serviço, uma vez que permanece debilitado.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação história da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na “mens legislatoris”, bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da Constituição Federal.

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Drª. Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Drª. Suellen Góes Sales

OAB/AL 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008)

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. A unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Drª. Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Drª. Suellen Góes Sales

OAB/AL 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o DPVAT merecido pelo Autor não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) A citação da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;

b) A devolução de todos os documentos anexados no processo DPVAT como fins de prova;

b) A condenação da Requerida ao pagamento do Seguro DPVAT a parte Autora pela incapacidade permanente, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data da incapacidade;

c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação

d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica

e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50, eis que a Autora, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo

f) Ao final a total procedência da presente demanda, para o pagamento da diferença do seguro devido ao Autor.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais para fins de alçada).

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Drª. Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Drª. Suellen Góes Sales

OAB/AL. 10.317

(082) 99649-3535



FERREIRA GÓES

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Nestes termos,

Pede deferimento.

Penedo- AL, 22 de abril de 2019.

Suellen Góes Sales

Advogada- OAB/ AL nº 10.317

Endereço: Rua Enoy Magalhães Bittencourt, nº. 291, Bairro Santa Luzia, Penedo/AL, CEP: 57.2000-000.

E-mail: FerreiraGoes.advocacia@gmail.com

Dr^a. Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/AL 12.542

Telefone: (082) 99116-4087 – 99903-3707

Dr^a. Suellen Góes Sales

OAB/AL. 10.317

(082) 99649-3535



06/2017	REND. MENSAL	384,96	CORR. MONET.	1,88	LIQUIDO	386,84
07/2017	REND. MENSAL	1.649,87	CORR. MONET.	5,27	LIQUIDO	1.655,14
08/2017	REND. MENSAL	1.649,87	CORR. MONET.	5,77	LIQUIDO	1.655,64
09/2017	REND. MENSAL	1.649,87	CORR. MONET.	6,10	LIQUIDO	1.655,97
10/2017	REND. MENSAL	1.649,87	CORR. MONET.		LIQUIDO	1.649,87
TOTAL BRUTO		7.004,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	7.004,00

ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO 0,54

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DO MES

11/2017	REND. MENSAL	1.649,87	13* SALARIO	824,93	AD ARRED CRE	0,74
TOTAL BRUTO		2.475,54	DESCONTO	0,54	LIQUIDO	2.475,00

OBS: E DE 10 (DEZ) ANOS O PRAZO PARA REVISAO DO ATO DE CONCESSAO, CONFORME LEI 8213/91 ART 103.

(*) Renda Mensal proporcional ao periodo de 24/06/2017 a 30/06/2017

(*) Renda Mensal proporcional ao periodo de 01/05/2018 a 17/05/2018

A Previdencia Social informa que o(a) segurado (a) em auxilio doenca que retornar voluntariamente a mesma atividade, podera ter seu auxilio cancelado a partir da data do retorno, de acordo com os §§ 6 e 7 do art. 60 da Lei n. 8213/91, com redacao dada pela Lei n.13135/15.

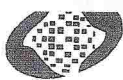
Prezado beneficiario,

O pagamento dos beneficios previdenciarios e assistenciais e realizado por intermedio de instituicoes financeiras contratadas pelo INSS.

Estas instituicoes financeiras devem garantir:

- O pagamento do beneficio conforme a data designada na Tabela de Pagamento de Beneficio, estabelecida pela Previdencia Social;
- O pagamento do beneficio pelo banco e agencia designados pelo INSS e, a utilizacao de cartao magnetico, em qualquer agencia ou terminal de autoatendimento;
- O Pagamento em local adequado, sem fila externa, nem fila com tempo de espera superior a trinta minutos ou de acordo com a legislacao local vigente;
- A opcao de receber o beneficio por meio de cartao magnetico, gratuitamente, sem necessidade da abertura de conta na instituicao bancaria designada ou por conta corrente, quando ja possuir e desde que seja um dos titulares. A emissao do primeiro cartao para saque do beneficio por meio magnetico tambem e gratuita;
- Uma transferencia mensal de valores, entre conta corrente / poupanca, gratuitamente, por meio da utilizacao do Documento de Ordem de Credito - DOC ou Transferencia Eletronica Disponivel - TED, para o banco de sua escolha, desde que possua conta corrente no banco que recebe o beneficio, de mesma titularidade e que a transferencia seja no valor total do beneficio;
- A emissao de cartao com a identificacao de que voce e um beneficiario da Previdencia Social, caso o seu pagamento seja na modalidade de credito em conta / poupanca. Esse cartao e opcional e a 1a via gratuita;
- A disponibilizacao do Demonstrativo de Credito do Beneficio - informe-se no banco pagador do beneficio sobre a disponibilidade deste servico;
- A disponibilizacao do Extrato Anual de Pagamento de Beneficios e da Declaracao de Rendimentos para fins de Imposto de Renda, se for o caso;
- O envio anual ao INSS, da comprovacao de vida do beneficiario e a alteracao de endereco, quando houver;

Caso essas regras nao sejam observadas pelos bancos, voce pode registrar reclamacao na



NOME	OL	NB
VALMIR SANTOS FERREIRA	02.001.070	619.365.400-7
(NIT: 1298976985-6)		

COMUNICAMOS QUE LHE FOI CONCEDIDO **AUXILIO-DOENÇA (31)**
619.365.400-7 REQUERIDO EM **17/07/2017** COM RENDA MENSAL DE R\$ **1.649,87** CALCULADA CONFORME ABAIXO,
COM INÍCIO DE VIGÊNCIA A PARTIR DE **24/06/2017**
CASO NÃO TENHA FEITO OPÇÃO PELO CRÉDITO EM CONTA CORRENTE OU POUPANÇA, COMPAREÇA A PARTIR DE **07/12/2017** NA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA
INDICADA ABAIXO, MUNDO, OBRIGATORIAMENTE, DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO NO ATO DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO, OS CRÉDITOS
SUBSEQUENTES SERÃO EFETUADOS NO 5 DIA ÚTIL DE CADA MÊS.

ORGÃO PAGADOR/AGÊNCIA BANCÁRIA:

000459 - BRADESCO - PENEDO

AV. DUQUE DE CAXIAS, 71

CENTRO

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

VIA SEGURADO

CÁLCULO DE BENEFÍCIOS SEGUNDO A LEI 9876, DE 29/11/1999
(ATIVIDADE PRINCIPAL)

DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR	DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR	DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR
03/2017	2.160,09	1,0076	2.176,54*	02/2017	1.985,87	1,0100	2.005,79*	01/2017	2.471,40	1,0142	2.506,68*
12/2016	1.928,65	1,0156	1.958,92*	11/2016	1.871,74	1,0164	1.902,45*	10/2016	1.398,00	1,0181	1.423,35*
09/2016	419,40	1,0189	427,34	12/2015	497,64	1,0907	542,79	11/2015	1.658,80	1,1028	1.829,41*
10/2015	1.683,93	1,1113	1.871,42*	09/2015	1.658,80	1,1170	1.852,90*	08/2015	1.575,42	1,1198	1.764,16*
07/2015	1.815,31	1,1263	2.044,58*	06/2015	1.774,08	1,1349	2.013,53*	05/2015	1.835,30	1,1462	2.103,63*
04/2015	1.575,14	1,1543	1.818,25*	03/2015	1.510,17	1,1717	1.769,58*	02/2015	1.848,44	1,1853	2.191,55*
01/2015	1.700,15	1,2029	2.045,13*	12/2014	1.334,45	1,2103	1.615,18*	11/2014	1.559,61	1,2167	1.886,03*
04/2014	1.663,83	1,2514	2.082,27*	03/2014	1.449,68	1,2617	1.829,14*	02/2014	1.584,01	1,2698	1.986,03*
01/2014	1.806,22	1,2778	2.308,04*	12/2013	1.589,82	1,2870	2.046,15*	11/2013	813,21	1,2939	1.052,28*
03/2013	1.519,80	1,3297	691,18	02/2013	656,98	1,3366	878,13	01/2013	809,22	1,3489	1.092,37*
12/2012	1.209,66	1,3588	1.643,80*	11/2012	922,96	1,3662	1.260,98*	10/2012	920,95	1,3759	1.267,16*
09/2012	968,79	1,3846	1.341,39*	08/2012	950,48	1,3908	1.321,96*	07/2012	769,56	1,3968	1.074,93*
06/2012	410,33	1,4004	574,64	11/2000	221,64	3,2858	728,28	10/2000	854,55	3,2980	2.818,35*
09/2000	292,00	3,3208	969,67								

* SALARIOS UTILIZADOS PARA CÁLCULO DA MÉDIA

TOTAL DOS SALARIOS CONTRIBUICAO CORRIGIDOS	58.017,90	DIVIDIDO POR	32
SALARIO DE BENEFICIO (1.813,05)			
TEMPO DE SERVICO : 03 GRUPOS DE 12 CONTRIBUICOES			
RENDAMENTO INICIAL (EM: R\$) (1.813,05 X 0,910)			1.649,87

*** NAO HOUVE GERACAO DE CREDITOS ATRASADOS DE ANO ANTERIOR ***

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DE ATRASADOS (VALORES EXPRESSOS EM REAL)

DATAS: REGUL.DOCUMENTACAO 17/07/2017 INICIO PAGAMENTO 24/06/2017

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB 6193654007 VALMIR SANTOS FERREIRA Situacao: Ativo
CPF: 306.549.768-99 NIT: 1.298.976.985-6 Ident.: 00001967376 AL

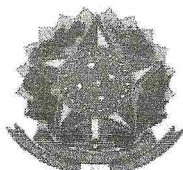
OL Mantenedor: 02.0.01.070 APS : APS PENEDO SABI
OL Mant. Ant.: Banco : 237 BRADESCO
OL Concessor : 02.0.01.070 Agencia: 000459 PENEDO

Nasc.: 31/07/1979 Sexo: MASCULINO Trat.: 13 Procur.: NAO RL: NAO
Esp.: 31 AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO Qtd. Dep. Sal.Fam.: 00
Ramo Atividade: COMERCARIO RP: N Qtd. Dep. I. Renda: 00
Forma Filiacao: DESEMPREGADO Qtd. Dep. Informada: 00
Meio Pagto: CMG - CARTAO MAGNETICO Dep. para Desdobr.: 00/00
Situacao: ATIVO Dep. valido Pensao: 00

APR. : 1.688,47 Compet : 04/2018 DAT : 02/04/2017 DIB: 24/06/2017
MR.BASE: 1.660,26 MR.PAG.: 1.660,26 DER : 17/07/2017 DDB: 17/11/2017
Acompanhante: NAO Tipo IR: ISENTO DIB ANT: 00/00/0000 DCB: 16/06/2018

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

A partir do
dia 02/06/2018
agenda perfeitico



SABI
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE
BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL:

PENEDO

**REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO
E MARCAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA**

REQUERIMENTO Nº 189908839
BENEFÍCIO Nº 6193654007

Prezado (a) Sr(a)

VALMIR SANTOS FERREIRA

(NOME DO SEGURADO)

00001967376

43199 / 19

12989769856

(RG/CERTIDAO)

(CTPS/SÉRIE)

(NIT)

(REPRESENTANTE LEGAL)

(RG)

(CTPS/SÉRIE)

(NIT)

Informamos que nesta data foi habilitado o requerimento de Solicitação de Prorrogação e que seu exame pericial foi marcado para a data, hora e local a seguir discriminado.

Data: 28/12/2018

Hora: 12:40

Endereço:

AV DUQUE DE CAXIAS, N 49

CENTRO

PENEDO - AL

Compareça ao exame pericial levando RG(Carteira de Identidade) ou Carteira Profissional. Caso o(a) Sr.(a) não possa comparecer no dia e hora marcados, solicitamos marcar novo exame pericial. Ressaltamos que a nova marcação só poderá ser efetuada 01(uma) vez e devidamente justificada.

Penedo, 10 de julho de 2018

Nome/Cargo/Assinatura
(Atendente)

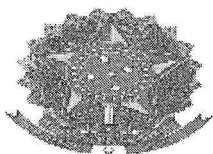
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Responsabilizo-me, sob as penas do Art. 171 do Código Penal, pela veracidade da documentação apresentada para a solicitação do benefício acima descrito.

O Instituto não se responsabilizará pelo pagamento dos dias em que o segurado permanecer afastado do trabalho enquanto aguarda a realização do exame da perícia médica do Pedido de Prorrogação, se a conclusão médica for contrária, exceto durante o período de vigência da ACP 2005.33.00.020.219-8.

Ciente em ____/____/____

Ass. do Requerente/ Rep. Legal



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL:

PENEDO

*Agenda
início de junho*

SABI

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE
BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE

fls. 49

REQUERIMENTO DE PEDIDO DE MANUTENÇÃO

REQUERIMENTO Nº **187785847**
BENEFÍCIO Nº **6193654007**

Prezado (a) Sr(a)

VALMIR SANTOS FERREIRA

(NOME DO SEGURADO)			
00001967376	43199 / 19	12989769856	
(RG/CERTIDAO)	(CTPS/SÉRIE)	(NIT)	
<hr/>			
(REPRESENTANTE LEGAL)	(RG)	(CTPS/SÉRIE)	(NIT)

Informamos que nesta data foi habilitado o requerimento de Pedido de Manutenção.

Requerimento **187785847**, vinculado ao número do benefício **6193654007**, processado com sucesso. Utilize esse número de requerimento para consultar o seu resultado que estará disponível a partir das 21:00 horas, horário de Brasília, no sítio da Previdência Social, endereço: www.previdencia.gov.br na opção "Consulta de situação de benefícios/RESULTADO DO REQUERIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA" ou na Central Telefônica 135.

Penedo, 02 de maio de 2018

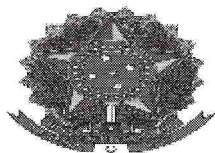
Nome/Cargo/Assinatura
(Atendente)

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Responsabilizo-me, sob as penas do Art. 171 do Código Penal, pela veracidade da documentação apresentada para a solicitação do benefício acima descrito.

Ciente em ____/____/____

Ass. do Requerente/ Rep. Legal



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL:

PENEDO

SABISISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE
BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE**REQUERIMENTO DE PEDIDO DE MANUTENÇÃO**

REQUERIMENTO Nº 189183257
BENEFÍCIO Nº 6193654007

Prezado (a) Sr(a)

VALMIR SANTOS FERREIRA

(NOME DO SEGURADO)

00001967376

(RG/CERTIDÃO)

43199 / 19

(CTPS/SÉRIE)

12989769856

(NIT)

(REPRESENTANTE LEGAL)

(RG)

(CTPS/SÉRIE)

(NIT)

Informamos que nesta data foi habilitado o requerimento de Pedido de Manutenção.

Requerimento **189183257**, vinculado ao número do benefício **6193654007**, processado com sucesso. Utilize esse número de requerimento para consultar o seu resultado que estará disponível a partir das 21:00 horas, horário de Brasília, no sítio da Previdência Social, endereço: www.previdencia.gov.br na opção "Consulta de situação de benefícios/RESULTADO DO REQUERIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA" ou na Central Telefônica 135.

PENEDO, 08 de junho de 2018

 Nome/Cargo/Assinatura
 (Atendente)

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Responsabilizo-me, sob as penas do Art. 171 do Código Penal, pela veracidade da documentação apresentada para a solicitação do benefício acima descrito.

Ciente em ____/____/____

Ass. do Requerente/ Rep. Legal

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA FINS DE PERÍCIA

(Elaborado de acordo com a Resolução CFM n.º 1.658/2002, com alterações feitas pela Resolução CFM 1.851/2008)¹

Atesto, para fins de comprovação junto à Perícia Oficial da Previdência Social ou do Poder Judiciário, que examinei o paciente abaixo indicado, cuja identidade foi por mim conferida, nos termos do art. 4º da Resolução CFM n.º 1.658/2002, e constatei que o examinado é portador da(s) patologia(s) relacionada(s) adiante, com as consequências descritas a seguir:

Nome do paciente: Valmir Santos Pereira

Número do documento de identificação (documento com foto): _____

- Diagnóstico: patologias verificadas e respectiva classificação CID 10

1) Sequela da fratura de osso do fêmur esquerdo S723, 1931

2) condrodisplasia uniaxial em fêmur esquerdo. M840

3) _____

4) _____

- O paciente se submeteu ou apresentou resultados de exames complementares?

() Não

(X) Sim. Quais (descrição breve e resultado)? Ex. fratura uniaxialmente consolidada

- Quais as consequências da(s) patologia(s) constatada(s) para a saúde do paciente? Quais as funções ou sentidos de que está o paciente privado ou limitado em virtude das patologias verificadas?

Dores crônicas musculares musculares com consequente perda da força e mobilidade associada.

A(s) patologia(s) constatada(s) o incapacita(m) para o trabalho?

() Não

(X) Sim. Por quê? Devido as alterações estruturais e fto de trabalho reduzido

- Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, a incapacidade é irreversível?

(X) Sim.

() Não. Qual o tempo de repouso estimado para a recuperação do paciente, considerando que o mesmo siga o tratamento indicado para a patologia?

¹ Art. 1º O atestado médico é parte integrante do ato médico, sendo seu fornecimento direito inalienável do paciente, não podendo importar em qualquer majoração de honorários.

Art. 2º Ao fornecer o atestado, deverá o médico registrar em ficha própria e/ou prontuário médico os dados dos exames e tratamentos realizados, de maneira que possa atender às pesquisas de informações dos médicos peritos das empresas ou dos órgãos públicos da Previdência Social e da Justiça. Art. 3º (...)

III – registrar os dados de maneira legível;

Informo, por fim, que o fornecimento do presente atestado, com o respectivo diagnóstico, foi solicitado e autorizado pelo próprio paciente ou seu representante legal, conforme assinatura (ou identificação digital) ao final, em obediência ao art. 5º da Resolução CFM n.º 1.658/2002.

Assinatura

(local)

04/03/2019
data

Dr. Daniel Dias Esteves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-AL 6101 RQE 2889

NOME DO MÉDICO

N. CRM

Eu (nome do paciente ou representante legal)

autorizo o fornecimento de atestado médico ao Poder Judiciário, com a identificação das patologias constatadas e informações a ela relacionadas.



Juízo de Direito da 1ª Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude
Rua Francisco Guerra, S/N, Lagoa do Oiteiro, Senhor do Bonfim - CEP 57200-000, Fone: 3551-5051,
Penedo-AL - E-mail: vara1penedo@tjal.jus.br

Processo nº: 0700548-39.2019.8.02.0049

Classe do Processo: Petição

Requerente: Valmir Santos Ferreira

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DECISÃO

A parte autora pleiteia justiça gratuita.

Segundo dicção constitucional, no art. 5º, inciso LXXIV, o Estado deve prestar assistência jurídica aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Da leitura dos autos, não se vislumbra prova concreta e bastante acerca da hipossuficiência.

Desse modo, determino que seja intimada a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito sem apreciação do mérito, emendar a petição inicial, recolhendo as custas iniciais ou juntando as provas necessárias a demonstrar sua dificuldade financeira para arcar com a demanda.

Cumpra-se.

Penedo (AL), 25 de abril de 2019

Luciano Américo Galvão Filho
Juiz de Direito



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Juízo de Direito da 1ª Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude
Rua Francisco Guerra, S/N, Lagoa do Oiteiro, Senhor do Bonfim - CEP 57200-000, Fone: 3551-5051,
Penedo-AL - E-mail: vara1penedo@tjal.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0215/2019, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Kelly Cristina da Silva Ferreira (OAB 12542/AL)	D.J
Suellen Góes Sales (OAB 10317/AL)	D.J

Teor do ato: "DECISÃO A parte autora pleiteia justiça gratuita. Segundo dicção constitucional, no art. 5º, inciso LXXIV, o Estado deve prestar assistência jurídica aos que comprovarem insuficiência de recursos. Da leitura dos autos, não se vislumbra prova concreta e bastante acerca da hipossuficiência. Desse modo, determino que seja intimada a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito sem apreciação do mérito, emendar a petição inicial, recolhendo as custas iniciais ou juntando as provas necessárias a demonstrar sua dificuldade financeira para arcar com a demanda. Cumpra-se. Penedo (AL), 25 de abril de 2019 Luciano Américo Galvão Filho Juiz de Direito"

Do que dou fé.
Penedo, 2 de maio de 2019.

Escrivã(o) Judicial

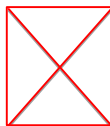
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0215/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 03/05/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 07/05/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Kelly Cristina da Silva Ferreira (OAB 12542/AL)	5	13/05/2019
Suellen Góes Sales (OAB 10317/AL)	5	13/05/2019

Teor do ato: "DECISÃO A parte autora pleiteia justiça gratuita. Segundo dicção constitucional, no art. 5º, inciso LXXIV, o Estado deve prestar assistência jurídica aos que comprovarem insuficiência de recursos. Da leitura dos autos, não se vislumbra prova concreta e bastante acerca da hipossuficiência. Desse modo, determino que seja intimada a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito sem apreciação do mérito, emendar a petição inicial, recolhendo as custas iniciais ou juntando as provas necessárias a demonstrar sua dificuldade financeira para arcar com a demanda. Cumpra-se. Penedo (AL), 25 de abril de 2019 Luciano Américo Galvão Filho Juiz de Direito"

Penedo, 3 de maio de 2019.



ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da 1º Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude
Rua Francisco Guerra, S/N, Lagoa do Oiteiro, Senhor do Bonfim - CEP 57200-000, Fone: 3551-5051,
Penedo-AL - E-mail: vara1penedo@tjal.jus.br

CERTIDÃO DE CURSO DE PRAZO

Autos nº 0700548-39.2019.8.02.0049

Ação: Petição

Requerente: Valmir Santos Ferreira

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

CERTIFICO, que decorreu o prazo da intimação retro, sem manifestação ao presente feito. O referido é verdade; dou fé.

Penedo (AL29/08/2019)

Josinete Santos Chaves
Analista Judiciário



Juízo de Direito da 1ª Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude

Rua Francisco Guerra, S/N, Lagoa do Oiteiro, Senhor do Bonfim - CEP 57200-000, Fone: 3551-5051,
Penedo-AL - E-mail: vara1penedo@tjal.jus.br

Autos nº 0700548-39.2019.8.02.0049

Ação: Petição

Requerente: Valmir Santos Ferreira

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DESPACHO

Conforme certidão de fl. 56, determino que seja intimado à parte autora pessoalmente, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, com os documentos aptos a atestar a alegada hipossuficiência financeira ou, em caso de impossibilidade, o comprovante de pagamento das custas e despesas de ingresso, sob pena de cancelamento da distribuição, com base no art. 290 do CPC.

Providências necessárias.

Penedo/AL, 06 de setembro de 2019.

Anderson Santos dos Passos
Juiz de Direito



Juízo de Direito - 1º Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude
Rua Francisco Guerra, S/N, Lagoa do Oiteiro, Senhor do Bonfim - CEP 57200-000,
Fone: 3551-5051, Penedo-AL - E-mail: vara1penedo@tjal.jus.br

Autos nº 0700548-39.2019.8.02.0049

Ação: Petição

Assunto: Seguro

Requerente: Valmir Santos Ferreira

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Mandado nº 049.2019/006153-0

MANDADO DE INTIMAÇÃO

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 1º Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude, Anderson Santos dos Passos, MANDA, ao Sr. Oficial de Justiça Shirley Sara dos Anjos Ferreira (2097) a quem este for distribuído, que em seu fiel cumprimento, proceda a INTIMAÇÃO do destinatário abaixo, do inteiro teor do despacho, abaixo transcrito.

DESPACHO Conforme certidão de fl. 56, determino que seja intimado à parte autora pessoalmente, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, com os documentos aptos a atestar a alegada hipossuficiência financeira ou, em caso de impossibilidade, o comprovante de pagamento das custas e despesas de ingresso, sob pena de cancelamento da distribuição, com base no art. 290 do CPC. Providências necessárias. Penedo/AL, 06 de setembro de 2019. Anderson Santos dos Passos Juiz de Direito

Destinatário:

Valmir Santos Ferreira, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Belo Horizonte, 370, Bairro Dom Constatino, Centro - CEP 57200-000, Penedo-AL.

CUMpra – SE. Dado e passado nesta cidade, ao(s) 02 de outubro de 2019. Eu, Josinete Santos Chaves, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Josinete Santos Chaves
Analista Judiciário

Acesse os autos através do site www.tjal.jus.br com a seguinte senha do processo:
Senha de acesso da pessoa selecionada

04920190061530

TJAL - COMARCA DE PENEDO
Comprovante de Remessa

Emitido em : 04/10/2019 - 06:58:11
Página: 1 de 1

Lote : 2019.00009307
Remetido : 04/10/2019
Origem : 1º Cartório Cível e da Inf. e Juventude de Penedo
Destino : Shirley Sara dos Anjos Ferreira

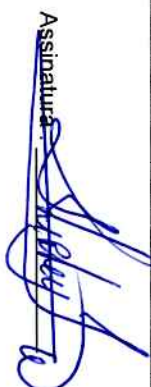
Ord	Remessa	Processo	Mand. prisão	Mandado	Modelo	Prazo	Tipo	Situação	Audiência
1	04/10/2019 07:01	0001371-74.2007.8.02.0049		049.2019/006174-3	Intimação - Sente	30	Simples	Distribuído	
2	04/10/2019 07:01	0700548-39.2019.8.02.0049		049.2019/006153-0	Intimação - Sente	30	Simples	Distribuído	

Total : 2

Recebido em 04.10.19

Hora : 07:05

Por : _____

Assinatura: 

**ESTADO DE ALAGOAS****Poder Judiciário**

Juízo de Direito da 1º Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude
Rua Francisco Guerra, S/N, Lagoa do Oiteiro, Senhor do Bonfim -
CEP 57200-000, Fone: 3551-5051, Penedo-AL - E-mail:
vara1penedo@tjal.jus.br

CERTIDÃO

Autos nº 0700548-39.2019.8.02.0049
Mandado de nº 049.2019/006153-0

Classe do Processo:Petição

Requerente: Valmir Santos Ferreira

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

CERTIFICO que, em cumprimento a este respeitável mandado expedido pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca, dirigi-me ao endereço indicado no mandado e, lá chegando, no dia 08/10/2019 às 11:00 horas, **INTIMEI** o Sr. Valmir Santos Ferreira para todos os termos e conteúdo do mandado referido que lhe(s) li e lhe(s) dei para ler do que ficou(aram) bem ciente(s). Dei-lhe(s) contrafé, que aceitou (aram), exarando no mandado sua(s) nota(s) de ciência(s). O referido é verdade e dou fé.

Penedo, 10 de outubro de 2019.

Shirley Sara dos Anjos Ferreira
Oficial de Justiça
M878715



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Juízo de Direito - 1º Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude
Rua Francisco Guerra, S/N, Lagoa do Oiteiro, Senhor do Bonfim - CEP 57200-000,
Fone: 3551-5051, Penedo-AL - E-mail: vara1penedo@tjal.jus.br

Autos nº 0700548-39.2019.8.02.0049

Ação: Petição

Assunto: Seguro

Requerente: Valmir Santos Ferreira

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Mandado nº 049.2019/006153-0

MANDADO DE INTIMAÇÃO

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 1º Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude, Anderson Santos dos Passos, MANDA, ao Sr. Oficial de Justiça Shirley Sara dos Anjos Ferreira (2097) a quem este for distribuído, que em seu fiel cumprimento, proceda a INTIMAÇÃO do destinatário abaixo, do inteiro teor do despacho, abaixo transcrito.

DESPACHO Conforme certidão de fl. 56, determino que seja intimado à parte autora pessoalmente, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, com os documentos aptos a atestar a alegada hipossuficiência financeira ou, em caso de impossibilidade, o comprovante de pagamento das custas e despesas de ingresso, sob pena de cancelamento da distribuição, com base no art. 290 do CPC. Providências necessárias. Penedo/AL, 06 de setembro de 2019. Anderson Santos dos Passos Juiz de Direito

Destinatário:

Valmir Santos Ferreira, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Belo Horizonte, 370, Bairro Dom Constatino, Centro - CEP 57200-000, Penedo-AL.

CUMPRÁ - SE. Dado e passado nesta cidade, ao(s) 02 de outubro de 2019. Eu, Josinete Santos Chaves, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Josinete Santos Chaves
 Analista Judiciário

Acesse os autos através do site www.tjal.jus.br com a seguinte senha do processo: 3vvlecb



Valmir Santos Ferreira

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PENEDO- AL.

PROCESSO Nº: 0700548-39.2019.8.02.0049

VALMIR SANTOS FERREIRA, já qualificado na exordial, vem por meio de sua advogada, manifestar-se sob o despacho folhas 47, na qual pede comprovação de documentos aptos a atestar hiposuficiência do autor.

Ora Excelência em relação aos art. 98 e seguintes da lei 13.105/2015 (novo código de processo civil), tem direito a isenção de custas todas as pessoas que demonstrem não possuir recursos suficientes.

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

Ainda o art. 99, § 3º, CPC, ratifica que quando se trata de pessoa natural, a alegação de hipossuficiência é presumida como verdadeira.

Sendo assim, é suficiente uma declaração de fato assinada pelo requerente.

O autor anexou aos autos declaração de hiposuficiência de recursos- declaração de pobreza (pág 13), bem como ainda anexou aos autos comprovantes de que estava em benefício auxílio doença folhas 47 e 48, sendo cessado em 16/06/2018, sendo assim encontra-se desempregado, sem renda alguma e sobrevivendo de ajuda de familiares.

Ratifica ainda que está tentando novo auxílio doença, mas ainda não obteve resultados, uma vez que não houve recuperação das sequelas decorrentes do acidente.

Por todo o exposto pede deferimento na concessão da justiça gratuita.

Penedo- Al, 20 de outubro de 2019.

Suellen Góes Sales

Advogada OAB/ AL nº . 10.317

Rua Enoy Magalhães Bittencourt, n 291 - Santa Luzia, Penedo / AL, CEP 57.200-000

E-mail: ferreiragoes.advocacia@gmail.com

Suellen Góes Sales

OAB/AL nº 10.317

(82) 99649-35-35/ 98821-68-00/99528-52-36

Kelly Cristina da Silva Ferreira

OAB/ AL nº 12.542

(82) 99116-40-87/ 99903-37-07



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Juízo de Direito - 1º Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude

Rua Francisco Guerra, S/N, Lagoa do Oiteiro, Senhor do Bonfim - CEP 57200-000, Fone: 3551-5051, Penedo-AL - E-mail: vara1penedo@tjal.jus.br

Autos nº: 0700548-39.2019.8.02.0049

Ação: Petição

Requerente: Valmir Santos Ferreira

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DECISÃO

Uma vez atendidos os requisitos previstos no artigo 319 do Novo Código de Processo Civil, recebo a petição inicial.

Ademais, defiro os benefícios da gratuidade judiciária à parte autora, com base nos artigos 99 e seguintes do aludido Código.

Destarte, cite-se a parte ré para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereça contestação, ocasião na qual poderá toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir, nos termos dos arts. 335 e seguintes do CPC.

Providências necessárias.

Penedo , 11 de março de 2020.

Anderson Santos dos Passos
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0128/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Kelly Cristina da Silva Ferreira (OAB 12542/AL)	D.J
Suellen Góes Sales (OAB 10317/AL)	D.J

Teor do ato: "DECISÃO Uma vez atendidos os requisitos previstos no artigo 319 do Novo Código de Processo Civil, recebo a petição inicial. Ademais, defiro os benefícios da gratuidade judiciária à parte autora, com base nos artigos 99 e seguintes do aludido Código. Destarte, cite-se a parte ré para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereça contestação, ocasião na qual poderá toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir, nos termos dos arts. 335 e seguintes do CPC. Providências necessárias. Penedo , 11 de março de 2020. Anderson Santos dos Passos Juiz de Direito"

Penedo, 11 de março de 2020.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0128/2020, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 12/03/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 16/03/2020, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Kelly Cristina da Silva Ferreira (OAB 12542/AL)	15	03/04/2020
Suellen Góes Sales (OAB 10317/AL)	15	03/04/2020

Teor do ato: "DECISÃO Uma vez atendidos os requisitos previstos no artigo 319 do Novo Código de Processo Civil, recebo a petição inicial. Ademais, defiro os benefícios da gratuidade judiciária à parte autora, com base nos artigos 99 e seguintes do aludido Código. Destarte, cite-se a parte ré para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereça contestação, ocasião na qual poderá toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir, nos termos dos arts. 335 e seguintes do CPC. Providências necessárias. Penedo , 11 de março de 2020. Anderson Santos dos Passos Juiz de Direito"

Penedo, 12 de março de 2020.



ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da 1ª Vara de Penedo /Cível e da Infância e Juventude
Rua Francisco Guerra, S/N, Lagoa do Oiteiro, Senhor do Bonfim - CEP 57200-000, Fone: 3551-5051, Penedo-AL - E-mail:
vara1penedo@tjal.jus.br

CARTA DE CITAÇÃO

Processo Digital nº: 0700548-39.2019.8.02.0049
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
Requerente: Valmir Santos Ferreira
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Destinatário:

Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro

Rio de Janeiro-RJ

CEP 20031-205

Fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para oferecer resposta no prazo e com as advertências abaixo assinalados,.

PRAZO: O prazo para oferecer resposta aos termos da petição inicial, a qual deverá ser apresentada por petição, é de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC).

ADVERTÊNCIAS:

01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC).

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas, na internet, no endereço www.tjal.jus.br, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº11.419/2006).Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Penedo, 02 de abril de 2020. Josinete Santos Chaves - Analista Judiciário